



Administração Colonial: A Câmara da Vila de São Salvador (1745-1749)

Marcelle Viana Capote Canêdo, Claudia Cristina Azeredo Atallah

Com base numa renovada historiografia que propõe revisões nos estudos sobre a Administração política de Antigo Regime, essa pesquisa tem como enfoque a administração da Câmara da Vila de São Salvador no século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1745 a 1749, e no debate relativo à disputa e alternância de poder por, principalmente, dois grupos - os que estavam ligados à família dos Viscondes de Asseca, que recebeu a capitania como mercê por serviços prestados ao reino em 1674, e o grupo que podemos denominar segundo Frago de “nobreza da terra” que reivindicava seus direitos sobre a capitania a partir da justificativa de serem descendentes dos primeiros homens que fizeram parte da conquista, da defesa e do povoamento do território ainda no século XVI. O trabalho tem como objetivo realizar uma discussão historiográfica a cerca do tema das Câmaras Municipais no século XVIII, a partir de uma revisão dos estudos sobre a administração política do Antigo Regime, focando os estudos na Câmara da Vila de São Salvador, analisando o perfil dos homens camarários através de testamentos e inventários, para que seja demonstrado o poder político, social e econômico dos envolvidos, traçando as alianças e as redes clientelares que eram formadas, a partir da divisão de grupos opostos – a chamada “nobreza da terra” e os donatários, identificando assim, as relações de poder. Como metodologia são utilizadas análises de fontes de documentação do período que estão localizadas no Arquivo Municipal Waldir Pinto de Carvalho no município de Campos dos Goytacazes. Com a pesquisa em andamento, os resultados parciais são coletas de dados das Atas da câmara da capitania da Paraíba do Sul. As Câmaras Municipais estavam inseridas no processo de descentralização do poder régio. Dessa forma, esse órgão estava ligado a atividades relacionadas à gestão do comércio para o abastecimento da cidade, intercedendo no chamado pacto colonial. Além disso, arrecadavam e administravam tributos impostos pela Coroa, tendo poderes ainda de criar novos impostos que demonstram assim uma aptidão ao autogoverno. Portanto, devido a sua importância ocorriam disputas entre os grupos mencionados que tinham influências econômicas e sociais sobre a capitania.

Palavras-chave: Administração Política, Câmaras Municipais, Vila de São Salvador.

Instituição de fomento: CNPq, UFF.